

XXXII, II

**REVISTA**  
**de Demografía Histórica**

2014

ADEHI



# Os desafios da demografia e das migrações na era da Globalização: o nexu segurança (humana) e desenvolvimento (sustentável)\*

Ana Isabel Xavier<sup>a</sup>

## Sumário

A partir de meados do século XX a segurança Estatal e a segurança dos indivíduos e comunidades começaram a ser encaradas em definitivo como interdependentes para uma resposta eficaz perante as novas ameaças transnacionais numa abordagem ampla de Segurança Humana. Nesse sentido, com o debate entre (in)segurança e (sub)desenvolvimento a adensar-se, este artigo defenderá que o fator demográfico é um importante instrumento de apoio à reflexão sobre quais as políticas e vetores estratégicos a ter em conta quando se quer acautelar que desenvolvimento e segurança devem ser encarados em complemento mais do que numa óptica de causalidade.

**Palavras-chave:** Segurança, Desenvolvimento, Securitização, Demografia, Migrações

## Los retos de la demografía y las migraciones en la era de la globalización: el nexu seguridad (humana) y desarrollo (sostenible)

## Resumen

Desde mediados del siglo XX, la seguridad del Estado, la seguridad de los individuos y las sociedades empezaron definitivamente a ser complementarios para dar una respuesta a las nuevas amenazas transnacionales bajo el enfoque de la seguridad humana. En paralelo con la discusión entre (in)seguridad y (sub)desarrollo, este artículo defiende el factor demográfico como una herramienta

---

\* A presente publicação foi pela primeira vez apresentada no “X Congresso de Demografia Histórica”, em Albacete, a 19 de Junho de 2013, na “Sessão XV: Demografia e Segurança – Desafios do Séc. XXI”. Este texto foi objeto de um processo de avaliação anónima, cujos contributos e sugestões a autora agradece reconhecidamente

<sup>a</sup> Universidade Nova de Lisboa

importante para apoyar la reflexión sobre las políticas y las orientaciones estratégicas que deben tenerse en cuenta cuando el desarrollo y la seguridad deben ser vistos como un complemento, más que como una causalidad.

**Palabras clave:** Seguridad, Desarrollo, Securitización, Demografía, Migraciones

### The challenges of demography and migrations in the globalization era: the (human) security and (sustainable) development nexus

#### Abstract

From the mid-twentieth century the State security and the safety of individuals and communities began to be seen as complementary for a definitive and meaningful answer to the new transnational threats within a comprehensive approach of the Human Security. While the discussion of (in) security and (under) development has been growing, this article will argue that the demographic factor is an important tool to support our reflections on what policies and strategic directions should be taken into account when we want to assure that development and security should be seen as a complement but not as a causality nexus.

**Key words:** Security, Development, Securitization, Demography, Migrations

### Les défis de la démographie et des migrations dans l'ère de la mondialisation: le lien entre la sécurité (humaine) et le développement (durable)

#### Résumé

Depuis le milieu du XXe siècle, la sécurité de l'Etat et la sécurité des personnes et des communautés ont commencé à être considéré comme complémentaire pour une réponse significative aux nouvelles menaces transnationales à travers de l'approche globale de la sécurité humaine. Parallèlement à l'épaississement de la discussion sur la (in)sécurité et le (sous)développement, cet article va défendre le facteur démographique en tant qu'un outil important pour soutenir la réflexion sur les politiques et les orientations stratégiques à prendre en compte quand on veut sauvegarder que le développement et la sécurité doivent être considérées comme un complément et pas une causalité.

**Mots clés:** sécurité, développement, securitization, démographie, migrations

## INTRODUÇÃO

O alargamento do escopo do conceito de Segurança a partir de meados do século XX registou uma profunda mudança no modo como a segurança Estatal e a segurança dos indivíduos e comunidades devem ser interligadas para uma resposta eficaz perante as novas ameaças transnacionais. Um dos conceitos que materializa esta abordagem é o de Segurança Humana (SH), cujo consenso na indefinição permite apenas convergir para a legitimação do indivíduo como referente securitário superior ao Estado (Tadjbakhsh e Chenoy, 2007).

Mais divergente é a cumplicidade atribuída à ligação estreita entre segurança e desenvolvimento, embora se concorde num *comprehensive approach*, ou seja, na identificação das ameaças estruturais de insegurança (Vietti e Scribner, 2013: 24), numa óptica de prevenção e reação atempada que evite uma escalada de tensão e conflito e salvaguarde uma paz positiva e sustentável com respeito pelos Direitos Humanos fundamentais (Krause e Jutersonke, 2005).

Desde logo e a nível multilateral, a Organização das Nações Unidas (PNUD, 1990; PNUD, 1994) e a União Europeia (Conselho Europeu, 2003; Conselho Europeu, 2008) têm sublinhado a necessidade da relação entre desenvolvimento e segurança estar na base das estratégias e políticas de forma transversal em todas as situações de fragilidade institucional e em cenários de pós conflito, sobrelevando as necessidades das populações. Em boa verdade, as Nações Unidas foram as primeiras a definir o conceito de desenvolvimento humano e a ilustrar o mesmo num índice desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub Ul Haq e que, desde 1994, tem vindo a ser incluído no Relatório anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

De facto, a partir dos anos 90, coincidindo com um entendimento mais amplo do que entendemos por segurança (Rodrigues e Xavier, 2013) a ideia de que o reforço do desenvolvimento económico levaria a uma redução da conflitualidade tem vindo a ser progressivamente substituída pela ideia de que um ambiente seguro leva a mais desenvolvimento (e vice-versa). Mas se os conceitos de segurança e desenvolvimento isolados levantam questões várias, o nexo de causalidade entre ambos conduz ainda a mais inquietações (Klingebiel, 2006).

Tendo este enquadramento em mente, esta reflexão propõe-se a apresentar uma revisão fundamental da literatura sobre estudos crí-

ticos de segurança, nomeadamente a escola de Copenhaga da teoria crítica das Relações Internacionais. É nesta escola que os estudos para a paz e desenvolvimento sustentável encontram a segurança humana como chapéu-de-chuva inclusivo, avançando então com o argumento da securitização progressiva do desenvolvimento.

De facto, a expressão ‘securitização’ foi traduzida do inglês ‘securitization’ e reflete o entendimento de Buzan et al. (1997) que um determinado assunto pode ser potenciado por um ator internacional como uma matéria de segurança, permitindo assim a utilização de meios em nome da segurança e defesa nacional. Assim, temas como a demografia ou as migrações tornam-se questões de *high politics* (Weiner, 1996: 17) visto tratarem-se de “(...) fenómenos globais intimamente relacionados com uma série de outros processos de globalização em ambas as suas causas e efeitos”<sup>1</sup> (Adamson, 2006: 1).

Ora, é bem verdade que a demografia diverge em países desenvolvidos e menos desenvolvidos, que o aumento dos fluxos migratórios internacionais e assimetrias geográficas do envelhecimento populacional e consequente pressão sobre os recursos naturais, conduz naturalmente a uma maior instabilidade internacional, intensificação de atividades ilícitas, e escassez alimentar ou energética. Assim, a matriz da conflitualidade acaba por coincidir com as tendências atuais da demografia e interferir nas políticas públicas governamentais de forma evidente: o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados estima que existam hoje 34 milhões de refugiados, 26 dos quais deslocados internos, acrescentando-se 3 milhões de apátridas; a Organização Internacional das Migrações estima mais de 200 milhões de migrantes com tendência para duplicar até 2050; o Fundo das Nações Unidas para a população prevê que, em 2050, África veja o seu crescimento populacional aumentar 200%, enquanto o resto do mundo oscila entre os 5 e os 9%.

É nesta ótica que os estudos de índole demográfica se afiguram como um instrumento importante de apoio à reflexão e decisão (Rodrigues, 2013:1; Sciubba, 2011) sobre políticas de segurança e desenvolvimento, agravando-se o desequilíbrio entre regiões sobrepovoadas mas com baixa esperança de vida, com a guerra pelos recursos a acontecerem nos seus próprios territórios e regiões altamente envelhecidas e delapidadas dos recursos do resto do mundo.

---

1 Todas as traduções são da responsabilidade exclusiva da autora.

## 1. DA SEGURANÇA (HUMANA): QUADRO TEÓRICO CONCEPTUAL

Com o colapso da confrontação bipolar entre o capitalismo e o comunismo, a falência das estruturas da guerra fria e a globalização crescente, uma nova agenda de investigação no domínio do “espólio” académico das Relações Internacionais (RI) foi reforçado a partir dos anos 80 alterando a própria conceptualização de Segurança e, consequentemente, do papel do Estado na comunidade internacional.

No sentido de, simultaneamente, se verificar um alargamento e aprofundamento dos referentes e valores securitários, encontramos dois contributos particularmente importantes para enquadrarmos conceptualmente o conceito objeto da nossa reflexão: por um lado, a Teoria Crítica de Robert Cox (1997) na assunção da emancipação como pilar transformativo; por outro, o dos “estudos críticos de segurança” de Pinar Bilgin, Ken Booth e Richard Wyn-Jones (1998).

Ora, é exatamente neste ponto que as novas abordagens no quadro dos estudos de segurança trazem o entendimento de que a segurança é muito mais que a mera ausência de guerra, envolvendo toda uma série de outras áreas – desde a economia ao ambiente, da política à cultura – a que o terceiro debate das RI deu visibilidade em termos de investigação.

Assim, pressupondo que as novas ameaças e desafios dizem respeito diretamente aos indivíduos, a segurança começa a ser interpretada como uma condição que os cidadãos têm direito a usufruírem como membros da sociedade em que se inserem e, em última instância, como membros da própria Humanidade. Neste sentido, estima-se não só a necessidade de defender os Estados e a sua integridade territorial contra ameaças externas, mas também as pessoas das ameaças à sua segurança, mesmo se e quando tal for contra a vontade das entidades governamentais.

À luz deste pressuposto, não se recusa a segurança estatal, porque a segurança é sempre relativa e reside na libertação de todas as ameaças à sociedade, enquanto povo, nação ou comunidade, que impossibilitam a construção de uma identidade comum. No entanto, porque o discurso securitário pré guerra-fria é rotulado como minimalista, a defesa da pessoa humana deixa de ser encarada como uma prerrogativa natural do Estado-nação soberano para se assumir potencialmente como uma responsabilidade da comunidade internacional no seu todo.

Nesta ótica, Bilgin, Booth e Wyn Jones (1998: 136) sugerem que, no pós guerra fria, a perpetuação do *status quo* foi questionada por duas

abordagens principais que dão um passo em frente em direção ao que os mesmos autores denominam de “estudos críticos de segurança”. A primeira dessas abordagens é a escola de defesa alternativa (*alternative defence school*), que alarga a agenda temática tradicional de segurança para preocupações tão diversas como a segurança comum, a democracia ou o desarmamento. Nesta abordagem, parte-se do pressuposto que “a verdadeira paz e segurança não reside apenas na ausência de guerra, mas depende sim do estabelecimento de condições para a justiça social e compreensão mútua” (Bilgin, Booth e Wyn-Jones, 1998: 136). Assim, o conceito de defesa é explorado não numa perspectiva ofensiva e expansionista, mas defensiva, de preservação da sua própria segurança que só é garantida pela segurança de todos, mesmo que tal colida com os Estados, se estes forem elementos bloqueadores dessa mesma ação.

Para além da escola de defesa alternativa, a segunda abordagem proposta pelos autores, é o pensamento da segurança do terceiro mundo (*Third World Security Thinking*) que enfatiza a importância da cooperação num mundo interdependente e globalizado em que as novas ameaças já não têm um Estado ou um inimigo identificável. Esta abordagem denuncia ainda que são as concepções realistas ocidentais que determinaram as abordagens de segurança da guerra fria em termos de ameaças externas, enquanto a realidade em muitas partes do terceiro mundo é que as ameaças à segurança emanam normalmente do interior, como resultado da opressão, incapacidade económica, pressão social ou outros. (Bilgin, Booth e Wyn-Jones, 1998: 139).

Deste modo, ao convergirem para a ideia de que as novas ameaças à segurança se enfrentam em termos colaborativos (com o outro) e não competitivos (contra o outro), o que este novo pensamento nos oferece é a “conceção de segurança pós-realista, pós-positivista que promete a maximização de segurança e a melhoria da vida de toda a humanidade – (...) do tornar-se mais do que do ser” (Booth, 1995: 105).

Assim, enquanto novo paradigma securitário, o *next step* doutrinário consubstancia-se nos “estudos críticos de segurança” (Bilgin, Booth e Wyn-Jones, 1998), pois não só desafiam as concepções tradicionais de segurança, como alargam e aprofundam o conceito (Sheeban, 2005: 159; Floyd, 2007). Consequentemente, “(...) se a agenda dos estudos de segurança se dedica a pôr novas questões, a levantar novas reflexões e a sugerir novas ações, nesse caso a realidade poderá mudar” (David, 2001: 39).

Em boa verdade, para os teóricos da “escola crítica”, a segurança é um processo de emancipação (não tem um significado objetivo ou intemporal),

cuja reconceptualização foi exigida pelas características do sistema internacional desde a década de 80 e particularmente com o fim da guerra fria. Neste sentido, o Estado existe para garantir segurança aos seus cidadãos, mas porque pode ser uma das principais causas da insegurança, parte do problema e não da solução, já não é o único agente a desempenhar essa função. Por sua vez, o Estado não deixa de ter um papel preponderante, apenas a sua ação se vislumbra como sendo mais partilhada, visto que a sociedade civil global e as Organizações Internacionais se assumem como múltiplos agentes da segurança. Por outras palavras, “a sua preocupação é o indivíduo e a comunidade mais do que o Estado; as ameaças incluem (mais do que) ameaças à segurança do Estado; o leque dos atores é alargado para lá do Estado exclusivamente; alcançar a Segurança Humana pressupõe capacitar os indivíduos” (Galtung, 2003: 6).

Assim, ao privilegiar a segurança do indivíduo ao invés da segurança do Estado, não obstante assumir-se a necessária interdependência entre as duas dimensões para uma resposta eficaz perante as novas ameaças transnacionais, a Segurança Humana inscreve-se na transição do paradigma da segurança dos Estados para a segurança dos indivíduos e das comunidades, representando uma reequação da compreensão tradicional de segurança (em termos de ameaças, efeitos, sujeitos e destinatários), podendo ser válido não só como uma ferramenta analítica, académica ou política, mas também, como meio para a autonomia e emancipação dos indivíduos e comunidades.

No entanto, no seio da academia, o conceito de Segurança Humana tem sido questionado pela sua imprecisão, acalentando a controvérsia entre os defensores de uma interpretação mais restrita (de separação do desenvolvimento e de segurança) e mais alargada (a segurança das sociedades medida em termos de indicadores de desenvolvimento humano) da Segurança Humana.

Neste sentido, o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 1994 é um marco importante nesta reflexão, porque não só introduziu a Segurança Humana como um conceito promissor no que concerne à substituição da interpretação tradicional de segurança, como tornou mensurável o desenvolvimento humano com indicadores concretos de avaliação da ação dos Estados.

De facto, se bem que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 coloque já formalmente a dignidade humana no cerne do Direito Internacional, é no Relatório do Desenvolvimento Humano de 1994 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que pela



primeira vez se esboça uma abordagem “ampla” centrada na “liberdade em relação à necessidade” (*freedom from want*) e uma abordagem “restrita” centrada na “liberdade em relação ao medo” (*freedom from fear*).

Estas duas liberdades foram pela primeira vez definidas como componentes de Segurança Humana, distinguindo entre esta última que significa “proteger das súbitas e nocivas ruturas nos padrões do quotidiano quer seja nos lares, nos empregos ou nas comunidades” (PNUD, 1994: 23) e a primeira liberdade que significa “a segurança contra as ameaças da fome, da doença e da repressão” (PNUD, 1994: 23).

No entanto, saliente-se que o relatório do PNUD é ele próprio paradigmático da preferência pela tendência de encarar a Segurança Humana como a garantia das necessidades básicas da população (abordagem ampla de liberdade em relação às necessidades).

De facto, a Segurança Humana, tal como explicitada no relatório do PNUD, é alcançada por uma boa governação na política nacional e na política internacional, ou seja, através da garantia das necessidades básicas da população, da diplomacia e do desenvolvimento preventivo e da reforma das instituições globais. Premeia ainda quatro grandes dimensões, sintetizadas em Alkire (2004: 1): a centralidade da pessoa humana, em que o referente principal é o individuo que procura segurança no seu dia-a-dia; a primazia de um conceito universal e integrativo que considera as ameaças à segurança como universais, transnacionais e diversas; a interdependência e indivisibilidade dos seus componentes (PNUD, 1994; Bajpai, 2000:10-12); a ação cooperativa (não contra os outros, mas com os outros); e a prevenção atempada como meios privilegiados de ação, pois “é menos dispendioso e mais humano enfrentar essas ameaças a nascente do que a jusante, antes cedo do que tarde” (PNUD, 1994: 3).

A segurança é, assim, *human centric* e um conceito universal relevante para os povos em qualquer lugar, sendo por isso de relevar sete valores fundamentais — Segurança económica, alimentar, sanitária, ambiental, pessoal, comunitária e política — e respectivas ameaças aos mesmos<sup>2</sup> (PNUD, 1994; Bajpai, 2000:10-12).

---

2 Das respectivas ameaças, saliente-se as relativas à segurança ambiental, por se considerarem ir ao encontro do escopo deste trabalho: declínio da disponibilidade da água, poluição da água e do ar, desflorestação, desertificação, desastres naturais, industrialização intensiva, rápido crescimento populacional e degradação dos ecossistemas locais e globais.

Estes sete elementos são interdependentes e indivisíveis como uma “cadeia sobreposta” em que: “uma ameaça a um deles alastra, como um furacão, a todas as formas de Segurança Humana e (...) como qualquer outro conceito fundamental sobre liberdade humana, a Segurança Humana identifica-se mais facilmente pela sua ausência do que com a sua presença” (PNUD, 1994: 33, 34).

Note-se que a definição de Segurança Humana apresentada pelo Relatório do PNUD de 1994 é inspirada na monografia do economista paquistanês e consultor do PNUD Hambub Ul Haq intitulada sugestivamente “New imperatives” (Bajpai, 2000: 10-12), onde o autor defende que a segurança não é mais a do território mas a das pessoas e deve refletir-se, por isso, nas vidas das pessoas e não nas armas que um dado país possa possuir. Haq destaca o potencial integrador da Segurança Humana já que reconhece o universalismo da vida (...) faz parte do conceito de solidariedade entre as pessoas. Não se consegue pela força com exércitos contra exércitos. Só acontece se nós concordarmos que o desenvolvimento é extensivo a toda a gente. (PNUD, 1994: 24)

Esta nova conceção de segurança exige, para o autor, cinco novos imperativos ou esferas de definição de Segurança Humana:

1. Desenvolvimento – Segurança Humana deve ser sinónimo de uma conceção de desenvolvimento humano que enfatiza a igualdade, a sustentabilidade, e a participação cívica;
2. Militarização – o alargamento da agenda da Segurança Humana só pode ser sustentado pelos dividendos da paz;
3. Reestruturação norte-sul – a Segurança Humana só é alcançável através de uma nova e justa parceria entre o norte e o sul e o acesso igualitário em termos de oportunidades ao mercado global;
4. Institucionalismo – um novo enquadramento da governação global que passe pela reforma das instituições internacionais de referência como sendo o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e as Nações Unidas;
5. Uma sociedade civil global – só um papel crescente da sociedade civil organizada a nível global pode materializar a Segurança Humana.

Na Cimeira Mundial de 2005, realizada entre 14 e 16 de setembro em Nova Iorque, no Relatório intitulado “In Larger Freedom: Towards

Development, Security and Human Rights for All”, o então Secretário-Geral Kofi Annan encorajou os Chefes de Estado e de Governo a continuarem a procurar uma definição convergente de Segurança Humana, identificando desafios relacionados com a “libertação em relação ao medo”, a “libertação em relação à necessidade” e a “libertação para viver em dignidade”. Como *follow up* das Conclusões desta Cimeira, conheceram-se dois marcos subsequentes, em sede de Assembleia-Geral, que são deveras importantes. O primeiro refere-se desde logo às conclusões de um debate temático informal no âmbito da 65<sup>a</sup> Assembleia-Geral de abril de 2011 em que um painel discutiu quer as abordagens possíveis para definir Segurança Humana, quer a sua aplicação e valor acrescentado.

Mais recentemente, a 25 de outubro de 2012, e no seguimento do repto lançado pela Res. 64/291 de 27 de julho de 2010 de continuar a debater o conceito, a Res. 66/290 “concorda que a Segurança Humana é uma abordagem para ajudar os Estados-Membros em identificar e enfrentar os múltiplos e transversais desafios à sobrevivência, subsistência e dignidade de seu povo”.

Para o efeito, a resolução identifica oito pressupostos de entendimento que passam, sumariamente, pelo reconhecimento de uma perspetiva alargada de segurança que inclui Direitos Humanos, boa governação, desenvolvimento e paz (*comprehensive approach*); pela importância do processo ser apropriado pelas próprias populações (*ownership*); e pela importância do conceito não substituir a responsabilidade dos Estados na sua própria segurança e na dos seus cidadãos.

## 2. O NEXO SEGURANÇA-DESENVOLVIMENTO E A SECURITIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Vimos anteriormente como o alargamento e aprofundamento do conceito de segurança introduziu uma nova narrativa conceptual que permite aos teóricos das Relações Internacionais encontrarem novas ferramentas de análise para os desafios do pós guerra fria. Um dos contributos que se afigura como essencial para refletir sobre o nexo entre segurança e desenvolvimento é o da Escola de Copenhaga (Buzan et al., 1997), nomeadamente ao discorrer sobre o conceito de securitização. Este conceito pressupõe que o subdesenvolvimento é a maior causa de insegurança e, por isso, encarada como ameaça, exige a securitização de desenvolvimento, ou seja, a adoção de medidas excecionais para enfrentar esta dada ameaça.

Assim, a expressão “securitização” reflete o entendimento que um determinado assunto pode ser potenciado por um ator internacional como uma matéria de segurança, permitindo assim a utilização de meios em nome da segurança e defesa nacional. “Securitizar” pressupõe, para Buzan et al. (1997), um ator que “securitize”, um objeto de referência “securitizado”, que está a ser alvo de uma dada ameaça e que necessita de ser protegido e uma audiência/público que é convencido a aceitar que aquele determinado assunto é “securitizável”. A segurança enquanto discurso, que permite desde logo transferir um determinado tópico da política para a área de segurança, acaba então por legitimar meios extraordinários contra ameaças socialmente construídas. O processo de securitização vai então conceder um significado intersubjetivo que não é, em boa verdade, nem uma ameaça objectiva nem uma percepção subjectiva de uma ameaça.

No entanto, note-se, este processo de securitização do desenvolvimento não é, de todo, definitivo. De facto, ao regresso ao reino da “*normal politics*” (Buzan et al., 1997: 24) os autores apelidaram de desecuritização, o que para David significaria “atingir as condições propícias ao abandono do esforço de segurança” (2001).

De todo o modo, retomemos a ideia que, ao encarar o subdesenvolvimento como causa de insegurança, o processo de securitização de desenvolvimento implica necessariamente uma relação causal entre a falta de desenvolvimento e insegurança, que se repercute tanto ao nível das percepções e das ações. Uma das principais consequências é a disseminação de “outras” inseguranças, o que constitui o resultado final oposto de um processo dirigido à promoção da segurança, aproximando (por vezes até confundido) igualmente o conceito de segurança humana e de desenvolvimento humano.

De facto, autores como Duffield (2010) e Hettne (2010) têm vindo a acalantar a ideia que a securitização, ao exponenciar elementos que poderiam ser tratados apenas numa óptica de desenvolvimento, acaba por reforçar outros elementos de insegurança humana, como o terrorismo internacional (Duffield, 2005). Também Nafeez (2010) defende que o subdesenvolvimento económico conduz a maior insegurança dado os riscos inerentes à competição por recursos escassos, sendo agravado ainda pela coincidência geográfica com Estados frágeis.

Ora, vimos anteriormente como a Segurança Humana alterou o objeto referente de segurança (PNUD: 1994; Krause e Jütersonke, 2005), reafirmou uma abordagem mais ampla que a ausência de conflito violen-

to, englobando Direitos Humanos, Boa Governação, acesso à educação, a oportunidades e escolhas para viver sem medos nem necessidades.

No entanto, é fundamental que não alimentemos a promiscuidade conceptual entre os conceitos de desenvolvimento (humano) e segurança (humana) que, apesar de estarem intimamente relacionados, o PNUD (1994) faz por distinguir entre um processo de alargamento das escolhas das pessoas (desenvolvimento) e o exercício das escolhas individuais e coletivas de forma livre (segurança).

Neste sentido, acautela ainda Chandler (2010: 363) que: “alguns teóricos de segurança críticos sugerem que o desenvolvimento e a agenda da redução da pobreza já é um [dos tópicos] que foi subordinado às preocupações de segurança do Ocidente, e que a mudança de abordagens macro de desenvolvimento para a “boa governação”, “políticas pró-pobres”, sustentabilidade e redução da pobreza já contém em si o desejo de conter essas regiões de instabilidade potencial traduzindo-se na securitização e subordinação da agenda de desenvolvimento”.

De facto, e como argumentam Stern e Öjendal (2010: 21), desenhar um quadro conceptual para mapear os múltiplos entendimentos que subjazem a articulações específicas de ‘nexo’, revela também os múltiplos discursos que podem ser adotados, alimentando a complexidade conceptual que se oferece: o desenvolvimento e a segurança como narrativas teleológicas modernas, o seu aprofundamento e humanização, entrecruzam-se e sustentam a globalização e governamentalização da segurança e do desenvolvimento, dando visibilidade ao impasse do desenvolvimento e à impossibilidade de segurança.

Para além disso, os autores concluem com algumas observações críticas referindo que: “o “conteúdo” ou forma de “nexo” não é clara. E, portanto, está aberto para todos os tipos de usos (ilícitos) sob o pretexto de uma política progressista e eticamente aceitável. (...) como “o nexo ‘está sendo e pode ser usado como uma narrativa ‘reconhecível’ e, aparentemente, compreensível, os processos pode ser perseguido em nome de combinações de desenvolvimento de segurança (mais ou menos) (in) compatíveis” (Stern e Öjendal, 2010: 24).

Não obstante, mesmo perante a plêiade de cruzamentos que nos oferece este argumento, não será decerto despiciendo lembrar a sugestão de Buzan et al. (1997) do alargamento dos estudos de segurança, onde a análise da teoria da securitização decerto desempenha um papel importante

### 3. TENDÊNCIAS E PERSPETIVAS DEMOGRÁFICAS

O Fundo das Nações Unidas para a População concluiu que, entre 1900 e 2000, a população mundial quadruplicou, tendo sido ultrapassada a barreira dos 7 mil milhões de indivíduos em outubro de 2011. No entanto, este crescimento populacional tem-se revelado assimétrico, reforçando-se as desigualdades entre o norte (desenvolvido e envelhecido) e o sul (menos desenvolvido e com acentuado aumento demográfico) e, conseqüentemente, o acesso e sustentabilidade dos recursos.

De facto, Goldstone (2009: 3, 4) tende a identificar seis tendências que se oferecem à análise entre o binómio segurança-população:

1. Reforço de um quadro diferenciado de transição demográfica, com estabilização ou decréscimo da população em países desenvolvidos e ligeiro crescimento (com potencial tendência de inversão) em países com economias emergentes;
2. Crescente mobilidade da população jovem proveniente de países do sul de África, através do Médio Oriente e sul ou sudoeste da Ásia;
3. Acelerado envelhecimento das populações na Europa, América do Norte e na parte ocidental da Ásia;
4. Incremento da imigração dos países do Terceiro Mundo para os países do Primeiro Mundo;
5. Crescente urbanização, com ênfase para a China e África;
6. Impactos negativos das alterações climáticas sentidos sobretudo nos países mais pobres e mais populosos<sup>3</sup>.
7. Em boa verdade, segundo dados da Organização Internacional para as Migrações<sup>4</sup>, o número estimado de migrantes internacionais em todo o mundo cifra-se nos 214 milhões de pessoas (sendo que em 2000 contavam-se apenas 150 milhões), o que representa uma percentagem de 3,1% da população mundial. Assim, estima-se que 1 em cada 33 pessoas são migrantes.

---

3 Segundo o “Hunger Map” do World Food Programme (2011), a coincidência entre países mais pobres e mais populosos já é expressiva, nomeadamente no que diz respeito aos países africanos e asiáticos.

4 <http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/about-migration/facts--figures1.html> (último acesso a 12 Junho 2014).

Os países com maior número de população migrante são o Qatar (87%), Emiratos Árabes Unidos (70%), Jordânia (46%), Singapura (41%) e Arábia Saudita (28%). Por sua vez, os países que menos migrantes têm é a África do Sul (3,7%), Eslováquia (2,4%), Turquia (1,9%), Japão (1,7%), Nigéria (0,7%), Roménia (0,6%), Índia (0,4%) e Indonésia (0,1%).

Tendo como fonte o Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados<sup>5</sup>, também o número de deslocados internos aumentou de 21 milhões em 2000 para 27,5 milhões para 2010 e o número de refugiados estima-se actualmente em 15,4 milhões<sup>6</sup>. No entanto, refira-se que:

Apenas uma fracção dos 17 milhões de refugiados do mundo estão nos países avançados industrialmente e apenas uma pequena parte da migração global fluiu para a Europa Ocidental (onde o total de migrantes representa cinco por cento da população) ou para os Estados Unidos. A maior parte do movimento tem-se registado de um país para outro país em desenvolvimento: os maiores fluxos de refugiados do mundo têm sido em África, Sul da Ásia, Sudeste da Ásia e, mais recentemente, no Golfo Pérsico (Weiner, 1996: 18).

Perante este cenário, a tendência futura parece antever o reforço da dependência dos movimentos migratórios por parte de sociedades mais desenvolvidas, constrangidas por um contexto de envelhecimento demográfico tendencial que reduzirá cada vez mais a população em idade ativa. De facto, pela primeira vez em 2013, o *World Economic Forum* (2013: 10) considera o envelhecimento da população entre os cinco maiores riscos globais. De facto, de acordo com Vasconcelos (2012: 66, apud UN Department of Economic and Social Affairs, 2011), a estrutura etária da população mundial em 2030 será tendencialmente balanceada entre a pirâmide triangular de África (base ampla e topo afunilado), a pirâmide de cúpula da Índia (base a decrescer apenas a partir do fim da idade activa), a pirâmide pentagonal da China (com saliência da idade activa para ambos os géneros) e as “pirâmides” dos EUA ou do conjunto dos Estados-membros da UE assemelhadas, com maior gravidade para a população americana, a um *Empire State Buil-*

---

5 UNHCR Statistical Online Population Database, <http://apps.who.int/globalatlas/default.asp>

6 A propósito dos conflitos originados por alterações climáticas e recrudescimento do fluxo de refugiados, sugere-se a consulta de <http://www.guardian.co.uk/environment/2008/jun/17/climatechange.food> (último acesso a 14 Junho 2014).

*ding*, com relativo equilíbrio entre todas as faixas etárias e ambos os géneros, sendo evidente o maior estrangulamento na base e topo.

Uma referência ainda ao Relatório “Global Trends 2030: Alternative Worlds” (National Intelligence Council, 2013), que dá conta da emergência de uma série de potências intermédias — Colômbia, Indonésia, Nigéria, Etiópia, Turquia, Vietname (as CINETV) — com tendência para se perfilarem como um grupo de influência mundial, dados os altos índices demográficos e as fortes taxas de crescimento económico.

O relatório chega ainda a outras conclusões particularmente importantes para a presente reflexão e que indicam que, em 2030, cerca de 60% da população mundial sofrerá de falta de abastecimentos de água, reforçando a possibilidade de conflitos hídricos. Também Vasconcelos (2012: 83, apud WRI, 2011) salienta as alterações de longo prazo de stress hídrico em 2025, sendo mais uma vez notório que o mapping de extrema e excepcional escassez coincide sobretudo (embora não exclusivamente) em países africanos e asiáticos que hoje são já palco de grande conflitualidade interna e internacional.

A esse respeito, numa mensagem acerca do Dia Mundial de Combate à Seca e à Desertificação a 17 de Junho de 2013, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, afirmava:

Os impactos a longo prazo de seca prolongada nos ecossistemas são profundos, acelerando a degradação das terras e a desertificação. As consequências incluem o empobrecimento e o risco de conflitos locais sobre os recursos hídricos e o solo produtivo. Os custos sociais, políticos e económicos da seca são evidentes do Uzbequistão ao Brasil, do Sahel à Austrália. Em Maio, a Namíbia declarou o estado de emergência nacional devido à seca, com 14 por cento da população classificada em situação de insegurança alimentar. Em 2012, os Estados Unidos enfrentaram a sua pior seca desde os anos cinquenta, afectando 80 por cento das terras de pousio. Em 2011 a seca no Corno de África, a pior desde o início da década de 90, afectou cerca de 13 milhões de pessoas<sup>7</sup>.

Também é estimado que 60% da população mundial viverá em cidades e, com a progressiva redução da pobreza, a classe média triplicará

---

7 <http://www.instituto-camoes.pt/noticias/cooperacao/secretario-geral-da-onu-sublinha-importancia-da-conferencia-rio-20> (última consulta a 17/06/2014).



para 3000 milhões de pessoas que, por sua vez, aumentará o consumo de água, alimentos e energia. Em boa verdade, como salienta Vasconcelos (2012: 135, apud *UN Department of Economic and Social Affairs*) as 20 maiores cidades em 2030 em termos populacionais serão, ordenadamente: Tóquio, Delhi, Mumbai, Dhaka, Kolkata, Nova Iorque, São Paulo, Cidade do México, Karachi, Xangai, Kinshasa, Lagos, Manila, Beijing, Cairo, Buenos Aires, Los Angeles, Istambul, Rio de Janeiro, Lahore.

Por fim, em 2030 o planeta será habitado por 8.400 milhões mas, como já vimos, o aumento demográfico cessará em todos os continentes com o consequente envelhecimento geral da população mundial. Apenas África será a exceção. Dados que são reforçados por relatório similar editado por Vasconcelos (2012), caracterizando o nosso quadro conceptual de um horizonte entre 15 a 20 anos como necessariamente “interligado” e “policêntrico”.

## CONCLUSÃO

Ao longo desta reflexão, pretendemos abordar o tema central da interação entre segurança e desenvolvimento, com ênfase na demografia e migrações. Salientámos a definição do conceito de segurança e securitização, bem assim os debates teóricos que se desenvolvem em torno do alargamento do escopo do conceito de Segurança a partir de meados do século XX, conduzindo quer a uma profunda mudança no modo como a segurança Estatal e a segurança dos indivíduos e comunidades devem ser interligadas, como na aproximação entre segurança e desenvolvimento. A esse respeito, questionámos: “se a característica essencial do conceito de Segurança Humana é priorizar no reino do desenvolvimento humano, isto não é simplesmente o bom vinho velho das necessidades humanas básicas, reengarrafado e rerrotulado para uma nova geração?” (Des Gasper, 2004: 11).

Neste sentido, Newman (2010: 93) sugere a necessidade de se ultrapassar este paradoxo de “*old wine in a new bottle*”, enquadrando o debate na visão construtivista dos “Estudos críticos de Segurança Humana”, indo mais fundo na relação estrutural de causa e efeito e questionando as estruturas e normas que produzem insegurança.

Não obstante, autores como Vietti e Scribner (2013:18) não hesitam em afirmar que o “modelo da segurança humana (...) fornece

uma abordagem mais eficaz para muitos dos problemas subjacentes que conduzem à migração em massa do que o modelo tradicional de segurança do Estado”. Do mesmo modo, importa ter em mente que “a migração simultaneamente resulta e pode conduzir à Segurança Humana” (Vietti e Scribner, 2013: 22).

É nesta ótica que os estudos migratórios e de índole demográfica se afiguram como um instrumento importante de apoio à reflexão sobre políticas públicas de segurança e desenvolvimento, dado o desequilíbrio entre regiões sobrepovoadas mas com baixa esperança de vida, com a guerra pelos recursos a acontecerem nos seus próprios territórios e regiões altamente envelhecidas e delapidadas dos recursos do resto do mundo.

De facto, é ao Estado que é devolvida, em primeira instância, “a chave para gerir a relação entre migração e segurança” (Adamson, 2006: 1), sendo responsável por simultaneamente maximizar os muitos benefícios da migração e minimização dos riscos potenciais de insegurança.

Não admira, por isso, que estas questões estejam hoje na primeira linha das políticas governamentais. O caso Português, quer no âmbito do Ministério da Defesa Nacional (com o Conceito Estratégico de Defesa Nacional revisto em 2013<sup>8</sup>), quer no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros (nos documentos “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”<sup>9</sup> e “Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020”<sup>10</sup>) são bem reveladores da transversalidade do impacto das migrações e da demografia no mundo actual.

---

8 <http://www.portugal.gov.pt/pt/documentos-oficiais/20130405-cedn-2013.aspx> (última consulta a 17/06/2014). Veja-se em particular o ponto 2.3. com o título “Incentivar a renovação demográfica e gerir o envelhecimento da população” e o seguinte enunciado: “A tendência de envelhecimento demográfico reduz as possibilidades de crescimento económico a médio prazo e é insuficientemente compensada pela capacidade de atrair imigração, a qual, por sua vez, é um desafio no plano da integração e das políticas sociais. Nesse sentido, afiguram-se como linhas de acção estratégica: — Promover novas políticas de incentivo à natalidade e de fixação de populações, bem como, a consolidação das políticas de integração de imigrantes; — Desenvolver políticas públicas de gestão do envelhecimento da população, por forma a garantir a coesão nacional; — Manter uma política de imigração integradora e humanista que reforce a coesão social e promova uma cultura de cidadania. Do mesmo modo, actuar ao nível das percepções das populações, de modo a prevenir a radicalização e a xenofobia”.

9 <http://www.instituto-camoes.pt/estrategia-para-a-cooperacao/visao-estrategica-para-a-cooperacao> (última consulta a 17/06/2014).

10 <http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/conctestratg1420.pdf> (última consulta a 17/07/2014).

Do mesmo modo, a agenda internacional, de olhos postos no pós 2015 (ou seja, no pós Objetivos do Desenvolvimento do Milénio) não tem deixado de alertar o mundo para o modo como a mobilidade tem correlação directa com a sustentabilidade do planeta mas também do bem-estar e direitos das populações. Nesse sentido também, o Relatório “Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência”, lançado a 24 de Julho de 2014 em Tóquio pelo Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe, pela Administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Helen Clark, e pelo Director do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Khalid Malik, aponta para um abrandamento do crescimento do índice do desenvolvimento humano em todas as regiões do mundo, devido às crises financeiras, flutuações dos preços dos produtos alimentares, catástrofes naturais e conflitos violentos<sup>11</sup>.

A correlação entre segurança, desenvolvimento e demografia surge, assim, de forma inequívoca na narrativa dos Estados e das Organizações Internacionais. No entanto, concluímos retomando as cautelas iniciais: por mais tentador que assim nos afigure, é importante questionar a securitização da demografia enquanto vector estratégico no âmbito dos estudos de segurança, sob o risco da fragilidade dos Estados e a insegurança humana saírem ampliados. Para esse efeito, desenvolvimento e segurança devem ser encarados em complemento mas não numa ótica de causalidade. Só assim se poderá afirmar: à segurança o que é da segurança; ao desenvolvimento o que é do desenvolvimento; à demografia, o que é da demografia!

## BIBLIOGRAFIA

ADAMSON, F. (2006): “International Migration and national security: maximizing benefits and minimizing risks”, Paper prepared for presentation at the 2007 atlantic conference on “Migrant and Migrant integration in the Atlantic region”, Março 22-24, Sevilha, Espanha.

---

11 <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14-report-en-1.pdf> (última consulta a 03/08/2014).

- ALKIRE, S. (2004): “Concepts of Human Security” em CHEN, L. C., FUKUDA, S. e SEIDENSTICKER, E. (eds.), *Human Insecurity in a Global World*, Cambridge, Harvard University Press, pp. 15-34.
- BAJPAI, K. (2000): *Human Security: Concept and Measurement*, Notre Dame, Kroc Institute for International Peace Studies.
- BILGIN, P., BOOTH, K. e WYN-JONES, R. (1998): “Security Studies: the Next Stage”, *Nação e Defesa*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 84, 2, pp.131-157.
- BOOTH, K. (1995), “Dare not to know: International Relations theory versus the future”, em BOOTH, K. e SMITH, S. (eds.), *International Relations Theory Today*, Cambridge, Polity Press.
- BUZAN, B. et al. (1997): *Security, A New Framework for Analysis*, Londres, Lynne-Rienner Publishers.
- CHANDLER, D. (2007): “The security–development nexus and the rise of ‘antiforeign policy’”, *Journal of International Relations and Development*, 10, 362–386.
- CONSELHO EUROPEU (2008): *Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança – Garantir a Segurança num mundo em mudança*, Disponível em [http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf) (data de acesso a 29/01/2014).
- (2003): *Uma Europa segura num mundo melhor – Estratégia Europeia em matéria de Segurança*, Disponível em <http://consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf> (data de acesso a 29/01/2014).
- COX, R. W. (1997): *The New Realism – Perspectives on Multilateralism and World Order*, Londres, Macmillan Press, 1997.
- DAVID, C. P. (2001): *A Guerra e a Paz – Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia*, Lisboa, Instituto Piaget.
- DES GASPER (2004): “Securing humanity – situating the ‘Human security’ discourse”, Draft paper for 4th conference on the capability approach, University of Pavia.
- DUFFIELD, M. (2010): “The Liberal Way of Development and the Development– Security Impasse: Exploring the Global Life-Chance Divide”, *Security Dialogue*, 41, 1, pp. 53–76.
- (2005): “Linking Development and Security in na age of terror”, Paper prepared for the GDI Panel “New Interfaces between Security and Development”, Bona, 21-24 September 2005.
- FLOYD, R. (2007): “Human Security and the Copenhagen School’s Securitization Approach: Conceptualizing Human Security as a Securitizing Move”, *Human Security Journal*, 5, pp. 38-49.

- GALTUNG, J. (2003): “Human Needs, Humanitarian Intervention, Human Security and the war in Iraq”. Sophia University/ICU, Tokyo (apresentado também na Regional Studies Association, Tokyo a 10/01/2004), Disponível em <http://www.aa.tufs.ac.jp/humsecur/report/040110Galtung.pdf> (data de acesso a 29/01/2014).
- GOLDSTONE, J. (2009): “Demography and Security: Security Implications of Global Population Changes, 2007-2050”, Research Paper N°2009-07. George Mason University, School of Public Policy, [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1449145](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1449145) (data de acesso a 20/03/2014).
- HETTNE, B. (2010): “Development and Security: Origins and Future”, *Security Dialogue*, 41, 1, pp. 31–52.
- HUMAN SECURITY STUDY GROUP (2007): *A European Way of Security — The Madrid Report of the Human Security Study Group comprising a Proposal and Background Report*, Madrid.
- KLINGEBIEL, S. (2006): “Introduction: New Interfaces between Security and Development”, in KLINGEBIEL, S. (ed.), *New interfaces between security and development: Changing concepts and approaches*, Bonn, Deutsches Institut für Entwicklungspolitik, pp. 1-9.
- KRAUSE, K. e JUTERSONKE, O. (2005): “Peace, Security and Development in Post-Conflict Environments”, *Security Dialogue*, 36, 4, pp. 447–462.
- NAFEEZ, M. (2010): “Globalizing Insecurity: The Convergence of Interdependent Ecological, Energy, and Economic Crises”, <http://yale-journal.org/wp-content/uploads/2010/09/105208ahmed.pdf> (data de acesso a 29/01/2014).
- NATIONALINTELLIGENCE COUNCIL (2013): *Global Trends 2030 – alternative worlds*, <http://globaltrends2030.files.wordpress.com/2012/11/global-trends-2030-november2012.pdf> (data de acesso a 20/06/2014).
- NEWMAN, E. (2010): “Critical Human Security Studies”, *Review of International Studies*, 36, pp. 77-94.
- PNUD (1994): *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Queluz, Mensagem – serviço de recursos editoriais Lda.
- PNUD (1990): *Human Development Report 1990 — Concept and Measurement of Human Development*, Nova Iorque, United Nations Development Programme.
- RODRIGUES, T. e XAVIER, A. I. (2013): “Reconceptualizing security and national defense after 2003: contributions to a forecast analysis”, *Revista de Ciências Militares*, 1, pp.12-34.
- RODRIGUES, T. F. (2013): “Demography matters”. Ligações perigosas em Portugal?”, *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, <http://da->

- tabase.jornaldefesa.pt/geopolitica/JDRI%20020%20170113%20demography%20matters.pdf (data de acesso a 20/01/2014).
- SCIUBBA, J. (2011): *The Future Faces of War. Population and National Security*, Oxford, PRAEGER.
- STERN, M. e OJENDAL, J. (2010): “Mapping the Security–Development Nexus: Conflict, Complexity, Cacophony, Convergence?”, *Security Dialogue*, Special Issue on the Security–Development Nexus Revisited, 41, 1, pp. 5–30.
- TADJBAKHS, S. e CHENOY, A. M. (2007): *Human Security: Concepts and Implications*, New York, Routledge.
- VASCONCELOS, A. (ed.) (2012): *ESPAS Report ‘Global Trends 2030 — Citizens in an Interconnected and Polycentric World’*, European Union Institute for Security Studies, [http://www.iss.europa.eu/uploads/media/ESPAS\\_report\\_01.pdf](http://www.iss.europa.eu/uploads/media/ESPAS_report_01.pdf) (data de acesso a 20/06/2014).
- VIETTI, F. e SCRIBNER, T. (2013): “Human Security: Understanding International Migration from a Human Security Perspective”, *Journal on Migration and Human Security*, 1, 1, pp. 17-31.
- WEINER, M. (1996): “A security perspective on international migration”, *The fletcher forum of world affairs*, 20, 2.
- WORLD ECONOMIC FORUM (2013): *Global Risks 2013*, Eighth Edition, <http://www.weforum.org/reports/global-risks-2013-eighth-edition> (Data de acesso a 20/05/2014).

## CONTENIDO

Miguel ARTOLA BLANCO, Ingresos, ocupaciones e identidades entre las clases altas: Madrid, 1930 .....	21
Fausto DOPICO, El impacto demográfico de las creencias. Una evaluación desde el siglo XVIII español .....	51
Antonia M <sup>a</sup> DURÁN HERRERA, Grado de fiabilidad del Movimiento Natural de la Población en los municipios de la provincia de Badajoz. 1900-1935 .....	77
Dan RODRÍGUEZ-GARCÍA, La mixofobia como política de Estado en la Alemania Nazi .....	117
Ana Isabel XAVIER, Os desafios da demografia e das migrações na era da Globalização: o nexó segurança (humana) e desenvolvimento (sustentável) .....	147
RESEÑAS DE LIBROS	
José M <sup>a</sup> BORRÁS LLOP (ed.) (2013): <i>El trabajo infantil en España (1700-1950)</i> , por Josu HERNANDO PÉREZ .....	169
Héctor CEBOLLA y A. GONZÁLEZ FERRER (coords.) (2013): <i>Inmigración ¿Integración sin modelo?</i> , por Carolina MONTORO GURICH .....	173
José Antonio SALAS AUSENS (coord.) (2013): <i>Logros en Femenino. Mujer y cambio social en el valle del Ebro, siglos XVI-XVIII</i> , por Antonio MORENO ALMÁRCEGUI .....	177
BIBLIOGRAFÍA DE DEMOGRAFÍA HISTÓRICA E HISTORIA SOCIAL DE LA POBLACIÓN EN ESPAÑA, PORTUGAL E IBEROAMÉRICA PUBLICADA EN 2013	183